VIA Social

CRESS SC
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL • 12ª REGIÃO

CFESS
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

Jornal do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 12º Região Maio de 2014

NA COPA, COMEMORAR O QUÊ?

NOSSO GRITO É POR SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE MORADIA DIGNA! TRANSPORTE PÚBLICO DE QUALIDADE

15 DE MAIO DIA DO/A ASSISTENTE SOCIAL

EM DEFESA DO DIREITO À CIDADE!

Fotos: Erano Costa e Silva / Criterio: Rafael Werkema / Fonhagem de Copa: Cassiano Ferraz

"Envelopamento fechado. Pode ser aberto pela ECT"

Maio é um mês muito especial para a categoria, pois comemoramos o Dia da/do Assistente Social - 15 de Maio.

Nessa edição do Via Social o tema central escolhido foi o deliberado no 42º Encontro Nacional CFESS CRESS: "Serviço Social em defesa do direito à cidade no contexto dos megaeventos".

O Artigo (pág. 8 e 9) foi desenvolvido pela Assistente Social e Professora da Universidade Federal Fluminense - UFF do Rio de Janeiro, Dra. Tatiana Dhamer Pereira e a entrevista publicada no Sou Assistente Social (pág. 15) com a funcionária da Caixa Econômica de Florianópolis, Jacqueline Benedet Martins, é focada nos desafios do trabalho profissional junto a garantia do Direito à Cidade, em especial a política de habitação.

Na editoria de Eventos estão presentes: mais uma edição do Curso Ética em Movimento, o processo eleitoral do Conjunto CFESS/CRESS e ao novo sistema de credenciamento dos campos de estágio junto ao CRESS (pág. 3).

O CRESS em Ação (pág. 4) apresenta o relato dos Encontros Regionais sobre o Trabalho de Assistentes Sociais nos Centros de Referência de Assistência Social. Informa também sobre o V Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social, que ocorrerá nos dias 14, 15 e 16 de maio de 2014 em Chapecó, SC. Discorre sobre as ações que veem sendo desenvolvida pelo Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS - FETSUAS - SC e a participação do CRESS no GT SISCAFWEB.

No Fique Sabendo (pág. 10), é a vez de apresentar um breve Balanço sobre a Gestão 2011-2014 e as ações que foram desenvolvidas para a descentralização política do CRESS 12ª Região.

As Comissões de trabalho do CRESS destacam as suas principais ações na gestão que se finda em 17 de maio de 2014.

Para concluir a edição, apresentamos a Gestão 2014-2017, suas propostas e objetivos para dar continuidade ao fortalecimento profissional.

Boa leitura e Parabéns pelo Dia da/do Assistente Social!

Magali Régis Franz
(CRESS nº 1168)

CRESS SC
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL • 12ª REGIÃO

Via Social

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
CRESS 12ª REGIÃO

Rua dos Ilhéus nº 38 - Sala 1005
Ed. Aplub - Centro - 88010-560 - Florianópolis/SC
Fone: (48) 3224-6135

• DIRETORIA - GESTÃO 2011-2014

Magali R. Franz - CRESS nº 1168
Presidente
Luciana K. de Andrade - CRESS nº 1885
Vice-Presidente
Zenici D. Herbst - CRESS nº 3114
1ª Secretária
Rosinete D. Laurindo - CRESS. nº 1839
2ª Secretária
Kátia C. Figueiredo - CRESS nº 1023
1ª Tesoureira
Maristela A. dos Santos - CRESS nº 2271
2ª Tesoureira
Cristiane C. de Campos - CRESS nº 2396
1ª Suplente
Cória H. V. Assunção - CRESS nº 5268
2ª Suplente

• LICENCIADAS

Vanessa Rocha - CRESS nº 4105

• CONSELHO FISCAL

Vera L. Caon - CRESS nº 3253
Presidente
Eliete M. de Lima - CRESS nº 1698
1ª Vogal
Eliana C. Fontana - CRESS nº 1881
2ª Vogal
Juçara R. Silva - CRESS nº 3949
1ª Suplente
Helena M. B. Brandão - CRESS nº 1658
2ª Suplente

• EQUIPE ADMINISTRATIVA

Fabiana L. Negri - CRESS nº 2076
Coordenadora Técnica
Maria Dolores Thiesen - CRESS nº 1811
Coordenadora Técnica
Cleverton Cidiclei Maciel - CRESS nº 4188
Edinaura Luza - CRESS nº 4398
Maiara P. S. Arten - CRESS nº 4976
Agentes Fiscais
Tânia Regina Dingee
Gerente Financeiro
Lúcia Brunetto
Assistente Administrativo
Maria Fátima Claudino
Assistente Administrativo
Amabili Fernanda da Silva
Estagiária
Daniel Colombo
Assistente de Informática
Cassiano Ferraz
Assessor de Comunicação

• COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO/EDITORAÇÃO

Cassiano Ferraz (SC 3481 JP)
Fabiana L. Negri - CRESS nº 2076
Juçara R. Silva - CRESS nº 3949
Magali R. Franz - CRESS nº 1168

Jornalista Responsável
Cassiano Ferraz (SC 3481 JP)

Projeto Gráfico e Diagramação:
Cassiano Ferraz
fotoscassiano@gmail.com

Fotos: Cassiano Ferraz e arquivo CRESS/CFESS

Impressão: Gráfica Agnus

Tiragem: 4.500 exemplares
Distribuição Gratuita
Sugestões, comentários e críticas
entre em contato: suporte@cress-sc.org.br
Site: www.cress-sc.org.br

DIA DA/DO ASSISTENTE SOCIAL 2014

A categoria profissional comemora seu dia no próximo dia 15 de maio, data em que se faz necessário destacar o processo sócio-histórico de construção do Serviço Social e a defesa por um projeto ético-político profissional voltado à democracia, à igualdade, à justiça, à participação popular e ao acesso aos direitos.

As/os Assistentes Sociais brasileiras/os tem muito a comemorar, pelas suas conquistas e pela consolidação desta profissão. Porém também não são poucos os desafios colocados ao Serviço Social diante da barbárie em que vivemos na atualidade.

É no cotidiano profissional que as/os Assistentes Sociais se deparam com as diversas expressões da questão social, desveladas na desigualdade, na fome, na falta de moradia, na dificuldade de acesso às políticas sociais, na violência, etc. Sendo este o cenário para a atuação profissional, o marco definitivo para sua transformação só pode ser a reafirmação do projeto ético-político profissional comprometido com a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Nesse sentido, os desafios postos a categoria profissional situam-se na consolidação de uma direção social crítica, com uma postura criativa, investigativa e propositiva ante a realidade social.

O Serviço Social brasileiro tem hoje mais de 70 anos de história, período em que já se viu enraizado pelo conservadorismo, entretanto em seu processo sócio-histórico o Serviço Social brasileiro construiu um importante referencial teórico-metodológico, que aliado a sua dimensão ético-política e técnico-operativa vem instituindo uma profissão que se aproximou dos movimentos sociais, que buscou a defesa das minorias e da classe trabalhadora, com vistas a consolidação da cidadania, buscando superar o conservadorismo, mas que em muitos sentidos ainda persiste no âmbito profissional..

Nessa perspectiva, o Serviço Social brasileiro diante de seu projeto profissional tem o desafio de instituir uma ação que coletivamente fortaleça a pauta das lutas sociais. Para tanto requer dos profissionais a leitura da realidade e compreensão das demandas multifacetadas dos diferentes atores envolvidos.

Reafirma-se assim que as/os Assistentes Sociais devem contribuir na organização e formação da consciência política na relação com os movimentos sociais e com os usuários para a viabilização de conquistas diante das lutas sociais presentes.

No 42º Encontro Nacional CFESS/CRESS elencou-se para 2014 o tema: “Serviço Social em defesa do direito à cidade no contexto dos megaeventos”, confirmando a importância da defesa dos direitos, da cidadania, da participação e da luta por uma outra sociedade.

Neste sentido, o CRESS 12ª Região está organizando, para dia 17/05/2014, a partir das 18h30, no auditório da Associação Catarinense dos Engenheiros em Florianópolis, um encontro estadual com as/os Assistentes Sociais de Santa Catarina, promovendo uma palestra com a Professora Dra. Tatiana Dahmer Pereira sobre: “O ar da cidade liberta?” O Direito à cidade como desafio.

Estão todas/os convidadas/os. Confirme presença pelo email eventos@cress-sc.org.br ou pelo fone 48 3224-6135.

70 ANOS DE SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA

O Serviço Social na Previdência Social brasileira tem por marco abril de 1944, e seu processo histórico é travejado de avanços e retrocessos, diante de uma intensa luta das/dos Assistentes Sociais que integram esta instituição e dos movimentos sociais.

Com o objetivo de marcar a passagem do aniversário de 70 anos do Serviço Social na Previdência, resgatando a trajetória da Seguridade Social no Brasil, com vistas a debater a atualidade e pensar os rumos do Serviço Social na política de previdência social, as/os Assistentes Sociais da Previdência em parceria com o CRESS 12ª Região promovem o Seminário *A Trajetória da Seguridade Social no Brasil: 70 Anos do Serviço Social na Previdência Social*.

Este evento se realizará em 09/06/2014, no auditório Antonieta de Barros, na ALESC, em Florianópolis-SC. As inscrições estão abertas pelo site do CRESS 12ª Região e são gratuitas.

I ENCONTRO REGIONAL DOS CRAS - LUZERNA , JABORÁ E VIDEIRA -

O CRESS 12ª Região, através da representação da Conselheira Presidente Magali Régis Franz - CRESS 1168, participou do I Encontro Regional sobre o trabalho desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, promovido pela Federação Catarinense dos Municípios - FECAM, nos municípios de Luzerna (foto ao lado), Jaborá e Videira.

Em Luzerna o encontro ocorreu no dia 19 de fevereiro de 2014. Jaborá realizou no dia 20 de fevereiro de 2014 e Videira no dia 25 de março de 2014. Os eventos contaram com a participação de trabalhadores e gestores do SUAS e teve abrangência regional. Contou também com a participação do Conselho Estadual de Psicologia - CRP 12.

O objetivo desses eventos foi o de discutir sobre a atribuição do Assistente Social no CRAS.

Discutir sobre a especificidade de cada profissão integrante das equipes de referência do SUAS é fundamental, pois uma das grandes dificuldades apontadas junto a política de assistência social diz respeito a não garantia do que é atribuição privativa de cada profissão.

Para fundamentar a discussão foram utilizadas as seguintes fontes: Lei de Regulamentação da Profissão; Código de Ética; Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais e psicólogos na política de assistência social; Relatório do Seminário sobre o trabalho da/do Assistente Social no SUAS e a Orientação Técnica 001/2013 do CRESS 12ª Região.

V Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social

Nos dias 14, 15 e 16 de maio de 2014 ocorrerá no Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nes, em Chapecó - SC, o V Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social, que possui como objetivo a apresentação das modificações referentes a Política de Assistência Social. O evento é promovido pela Federação Catarinense dos Municípios - FECAM.

O CRESS 12ª Região, através de sua Conselheira Presidente, participará como palestrante no dia 16 de maio às 8h30 da Mesa Redonda que terá como tema: “A atuação das equipes interdisciplinares na política de assistência social: CRAS, CREAS e Alta Complexidade”.

Entendemos como sendo fundamental a participação do CRESS nesse evento, tendo em vista o grande número de trabalhadores, Assistentes Sociais vinculados a essa Política Pública, bem como a necessidade de reafirmamos os compromissos e as especificidades da profissão.

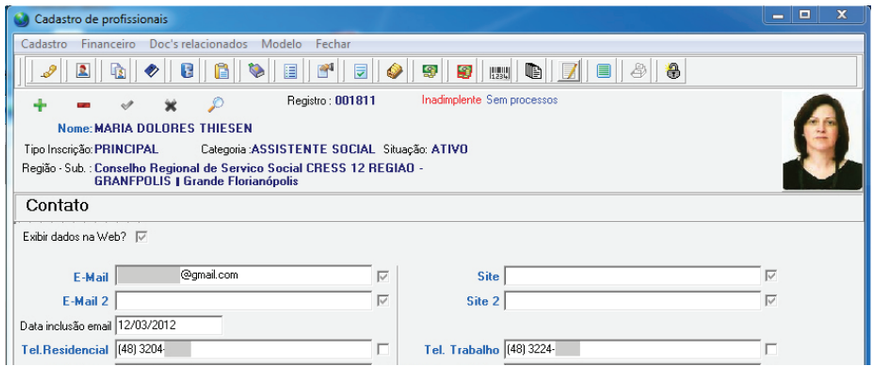
Discutir acerca dos desafios vivenciados pela profissão junto a essa política pública é essencial para que possamos ultrapassar o imediatismo e a focalização e nos determos no conceito ampliado da seguridade social.

Como profissionais comprometidos com a construção de uma sociedade igualitária, temos o compromisso de abordar as diferentes expressões da questão social e nos distanciarmos das práticas funcionalistas e pragmáticas que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente.

GRUPO DE TRABALHO SISCAFWEB

Conforme deliberação nº11 do eixo administrativo financeiro, que dispõe por "Criar Grupo de Trabalho - GT Nacional com vistas à padronização da base de dados referentes ao cadastramento de profissionais de cada CRESS por região, composto de integrantes dos CRESS que sejam operadores do SISCAFWEB". Foi normatizado o GT através da Portaria nº 2 de 13 de março de 2014, na qual o CRESS 12ª Região é o representante da Região Sul.

Para o desenvolvimento dos trabalhos do GT foram indicados a Conselheira Presidente, Magali Régis Franz e a Assistente Administrativo Lúcia Brunetto. O objetivo do GT nesta primeira etapa dos trabalhos foi o de unificar os conteúdos e as nomenclaturas que constam nos campos do sistema referentes à inscrição pessoa física. Definimos a padronização



dos campos: Categoria, Tipo de Inscrição, Situação e Detalhe da Situação. Neste sentido, dá-se início, nacionalmente ao processo de alteração no sistema no que diz respeito a inscrição de pessoa física.

Tal processo terá o suporte técnico da IMPLANTA e será desencadeado após aprovação do Conselho Pleno do CFESS (que ocorrerá na primeira quinzena de maio de 2014), em todo o território Nacional. A padronização é essencial, pois atualmente há uma grande diferenciação de nomenclaturas para a mesma situação, o que impede de termos dados sobre a situação do profissional no Brasil, ou seja, não temos como retirar do SISCAFWEB relatórios de pesquisa a nível nacional que apresentem com fidedignidade a realidade da situação do profissional inscrito nos conselhos regionais.

O GT terá continuidade na próxima gestão, pois terá que ainda padronizar as nomenclaturas da pessoa jurídica. Além dos Conselheiros, funcionários e assessores da IMPLANTA, contamos também com a participação da Assessora Jurídica do CFESS, Sylvia Terra.

PLENÁRIA NACIONAL DO FNTSUAS

Nos dia 24 e 25 de maio de 2014, em Brasília – DF - será realizada a Plenária Nacional do FNTSUAS. A Coordenação Nacional do Fórum Nacional dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS), convoca os membros deste Fórum, os FETSUAS, comissões estaduais pró-FETSUAS, órgãos e entidades representantes dos trabalhadores do SUAS para participarem. O evento terá como pauta a discussão e revisão do Regimento Interno do FNTSUAS, a Eleição da Coordenação Nacional do FNTSUAS, o Plano de Lutas e encaminhamentos. O CRESS 12ª Região, membro da diretoria executiva do FETSUAS – Santa Catarina, estará presente participando das discussões e fortalecendo a luta dos trabalhadores do SUAS.

FNTSUAS
Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS

Para mais informações acesse o Facebook do FETSUAS www.facebook.com/fetsuas e o Blog http://fntsuas.blogspot.com.br.

MULTIPLICAÇÃO DO CURSO ÉTICA EM MOVIMENTO EM ARARANGUÁ

No período de 09 a 11 de abril de 2014 o CRESS Santa Catarina, por intermédio das Agentes Fiscais do CRESS 12ª Região Edinaura Luza (CRESS nº 4398) e Maiara Paula de Souza Arten (CRESS nº 4976), realizou a Multiplicação do Curso Ética em Movimento na cidade de Araranguá/SC e a abertura do curso foi realizada pela presidente do CRESS/SC, a Assistente Social Magali Regis Franz

O Curso, com carga horária total de 32 horas, contou com a participação de 13 Assistentes Sociais atuantes nas cidades catarinenses de Araranguá, Ermo, Sombrio, Praia Grande, Turvo e Balneário Arroio do Silva.

Avalia-se que a capacitação consolidou-se enquanto espaço para o aprofundamento crítico da dimensão histórica e política da ética, em interface com o âmbito do exercício profissional do Serviço Social.

O CRESS 12ª Região agradece à Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC) pela disponibilização do espaço e parceria no oferecimento dos lanches e contribuição com as questões logísticas.

CAPACITAÇÃO DO SISTEMA CREDENCIAMENTO DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

No final do ano de 2013 o CFESS encaminhou para análise dos CRESS(s) o Sistema de Credenciamento de Estágio, criado pela Implanta, empresa contratada a prestar esse tipo de serviço ao conjunto CFESS/CRESS.

No mês de novembro de 2013, a proposta do Sistema de Credenciamento de Estágio foi apresentada aos membros da Comissão de Formação, momento em que se definiu uma reunião ampliada entre as Comissões de Formação, de Inscrição e de Orientação e Fiscalização.

Em seguida, no dia 07 de novembro de 2013, reuniram-se as três Comissões envolvidas com o credenciamento de campos de estágio, momento em que foi apresentado o sistema novo e seguiu-se a discussão. Como o modelo apresentado está aberto para contribuições, já neste dia surgiram adequações a serem apresentadas à Implanta.

No dia 18 de fevereiro de 2014 foi realizada a capacitação dos funcionários e conselheiros, que tem relação direta com o credenciamento de campos de estágio. Formou-se assim uma equipe de multiplicadores para capacitar as unidades de formação acadêmicas do Estado de Santa Catarina.

Na segunda etapa do processo de capacitação, nos dias 25 de fevereiro e 11 e 12 de março de 2014, os multiplicadores repassaram o treinamento às UFAs: Unisul Pedra Branca, Uniban/Anhanguera, UFSC, Unochapecó, UNIARP, FURB, UNIPLAC, Universidade Estácio de Sá, UNOPAR e UNIASSELVI.

A partir desse ano o CRESS 12ª Região implementará o Sistema de Credenciamento dos Campos de Estagio online, alterando a maneira como vinha cadastrando esses campos. Nessa nova forma de cadastramento visa-se a otimização dos procedimentos, maior segurança nas informações prestadas e possibilitando um controle mais efetivo sobre os campos de estágios e seus supervisores.

Processo Eleitoral

Como é de conhecimento de todas/os Assistentes Sociais, esse ano uma nova gestão assume o CFESS e os CRESSs de todo Brasil.

Em Santa Catarina a chapa *Coletivizar para seguir na Luta* foi eleita e irá administrar o CRESS 12ª Região no período de 2014 até 2017.

A eleição presencial, para os residentes em Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça foi realizada no dia 21 de março, no auditório do CRESS (foto abaixo). Os demais profissionais, que estavam com os seus dados atualizados no sistema do Conselho, receberam via CORREIOS as cédulas de votação, o folder que apresentava a Chapa 1 e a carta resposta para envio ao CRESS. Devido a greve dos CORREIOS o prazo para devolução da carta resposta foi prorrogada, assim, todos que quiseram exercer seu direito de votar puderam participar.

A candidata eleita a presidente, Rosana Maria Prazeres (foto ao lado), agradece em nome da chapa "Coletivizar para seguir na Luta" o apoio de toda a categoria dos Assistentes Sociais de Santa Catarina que contribuíram para que o processo eleitoral ocorresse de forma coletiva.

A atual presidente, Magali Régis Franz, também agradece aos Assistentes Sociais que atenderam o chamado e vieram participar desse processo democrático. Ela também ressaltou que o processo democrático colabora e auxilia no fortalecimento da profissão perante a sociedade, pois a gestão que é eleita é referendada através desse processo sendo assim legitimada pela maioria dos profissionais do Estado. "É importante lembrar que o exercício da democracia se faz também perante seus órgãos de classe", concluiu a presidente que passa seu cargo no dia 17 de maio para a nova gestão. A data também marca a comemoração do dia da/do Assistente Social (15 de maio) e, além do Ato de Posse, conta com uma Palestra da Profª. Dra. Tatiana Dahmer Pereira (UFF-RJ) e um coquetel a partir das 18h30 na Associação Catarinense dos Engenheiros, rua Capitão Euclides de Castro, nº 360, Coqueiros, Florianópolis.

Fotos: Cassiano Ferraz

Confirme presença pelo email eventos@cress-sc.org.br ou pelo fone 48 3224-6135.

Demonstrativo do Resultado do Exercício 01/01/2014 a 31/03/2014

DESPESAS OPERACIONAIS	R$	RECEITA BRUTA	R$
Despesas com Pessoal	145.625,55	Receita de Contribuições	583.332,61
Obrigações Patronais	32.242,30	Receita Patrimonial	11.954,85
Material de Consumo	2.914,19	Receita de Serviços	8.176,47
Serviço de Terceiros e Encargos	26.315,79	Transferências Correntes	0,00
Outros Serviços e Encargos	54.661,31	Outras Receitas Correntes	38.317,22
Diversas Despesas de Custeio	74,63	**SUB-TOTAL**	**641.781,15**
Fundo Nac. de Aux. aos CRESS	0,00		
Contribuição Pasep	1.075,78		
Despesas de capital	0,00	**SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**	**378.866,60**
SUB-TOTAL	**262.914,55**		

ARTIGO

O "AR DA CIDADE LIBERTA"? O DIREITO À CIDADE COMO DESAFIO

Professora Tatiana Dahmer Pereira[1]

A expressão entre aspas é originária da Alemanha medieval, em período anterior ao século XVIII. Era cunhada pelos que habitavam os burgos medievais - os burgueses – que futuramente constituiriam uma classe social revolucionária. Esse dizer propalava o quanto era na cidade que os seres humanos podiam viver livres, em contraposição à servidão no campo.

Na contemporaneidade ocidental séculos depois daquele momento histórico - nas cidades em geral e nas grandes metrópoles em particular – vivenciamos cotidianamente violações de direitos de toda sorte, em sua maior expressão imposta aos trabalhadores que constroem a riqueza social, porém são alijados de seus frutos e de vivenciar a produção da cidade em sua plenitude. Se na Alemanha do século XVII o "ar da cidade libertava", hoje devemos questionar *como*, *se* e *para* quem esta cidade capitalista materializa alguma ideia de liberdade. Se ocorre, quem tem sido "merecedor" desta liberdade citadina?

A reflexão em questão problematiza alguns dilemas para o exercício profissional de Assistentes Sociais face à naturalização reconhecemos como as dinâmicas próprias à construção capitalista do espaço (Harvey, 2005).

A sistemática violação de direitos nas cidades nos impinge à reflexão atenta e crítica sobre o sentido do trabalho profissional de Assistentes Sociais compromissadas com a defesa de projeto de sociedade radicalmente distinto deste em que vivemos.

No contexto atual, vivenciamos situações em diferentes capitais tais como o retorno das "reformas urbanas", nos moldes da renovação conservadora de Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro (RJ) no começo do século XX. Sob pretexto de modernizar áreas centrais, de garantir segurança e ordem, combina-se remoções com instituição de coerção, sitiando as áreas populares a exemplo das Unidades de Política Pacificadora (UPP). O cenário de "estabilidade", favorável a investimentos especulativos imobiliários auxilia a receber megaeventos[2] como Copa do Mundo (2014) em diferentes cidades e as Olimpíadas (2016) na capital do Rio de Janeiro. Desde 2007 os investimentos realizados pelo governo federal a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em habitação, infraestrutura e saneamento, atingem as populações mais pobres – e não necessariamente de forma positiva ou na perspectiva do reconhecimento dos seus direitos.

Os impactos perversos das ações estatais devem ser compreendidos pela segregação imposta em relação ao direito ao território urbano. Orientadas pelos interesses privados especulativos, estas se voltam para assegurar um determinado perfil de ordem social e de cidades o qual tem sido dramaticamente experimentado pelos/as trabalhadores/as removidos para áreas distantes, que enfrentam horas em transporte público precário, com tarifas altas e má qualidade de serviços. Outros exemplos frequentes podem ser encontrados em remoções realizadas sob o pretexto de proteção às pessoas que vivem em áreas de "risco ambiental", e a péssima qualidade de serviços urbanos essenciais, vinculados organicamente à vida, como o saneamento. A violência urbana, em especial nas periferias e comunidades, exercida pela polícia, por grupos paramilitares e do narcotráfico, é sentida cotidianamente especialmente pelos trabalhadores vitimando jovens negros todos os dias.

Para constituirmos instrumentos críticos de análise balizadores de nosso exercício profissional, é preciso compreender como a noção de "urbano" e, especificamente, de "desenvolvimento urbano" na atualidade se constrói amalgamada por uma ideia de ordem e de progresso, imposições necessárias para um determinado modelo de desenvolvimento, em especial em países capitalistas periféricos como o Brasil. Essa abordagem específica expõe a violação de direitos como regra da vida cotidiana, acompanhado de determinado perfil de políticas públicas – as quais mais contribuem para referendar e naturalizar as violações do que para viabilizar conquistas dos trabalhadores.

Politicamente partimos da premissa que é preciso *desnaturalizar* conceitos, sendo necessário no exercício profissional recuperar *como* as coisas que aparecem se constroem, para não nos limitarmos à compreensão superficial, aparente dos fatos.

A formação das cidades modernas decorre de dinâmica socio-histórica, das relações que se formam carregando em si marcas de contradições das antigas. Se as cidades existem desde a Antiguidade (com a denominação de *polis* grega), passando pelos burgos medievais, é na Modernidade que elas adquirirão a designação de "urbano".

A noção de "urbano" necessariamente vincula-se ao modo de produção capitalista, ao que é necessário para a constituição dessa nova ordem, na qual se naturalizam distinções, fragmentações e, a partir delas, subordinações na vida social. Uma das primeiras divisões sinalizadas por Marx (1996) é a distinção entre campo e cidade – e, especialmente, a *subordinação* do campo à cidade. Essa subordinação se expressa no termo sociedade urbana (LEFÉBVRE, 2008), de uma sociedade que nasce industrialização. Para o autor, "essas palavras designam, portanto, a sociedade constituída por esse processo que domina e absorve a produção agrícola" (p.13). Também sinalizamos como a noção de "sociedade civil", como sociedade dotada da civilidade necessária para a vida em comum, são conceitos construídos com o nascimento da Modernidade.

Nessa linha, ousamos sinalizar que a nomeação "urbano-industrial" referente às cidades a partir do século XVIII deveria - sendo fiel à dinâmica contraditória de sua formação, ser

[1] Assistente Social, professora adjunta da Escola de Serviço Social de Niterói da Universidade Federal Fluminense (ESS-UFF).

[2] Sinalizamos a importância de conhecer o dossiê Mega eventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro, produzido pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas em maio de 2013. Acessível em http://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf Acesso em 12 de abril de 2014.

nomeada como “industrial-urbana” - na medida em que é a *industrialização que carreia a urbanização*. As cidades na Europa – e nos referimos especialmente a dois centros, Paris, na França e Londres, na Inglaterra - se formam a partir da centralidade que estes espaços assumem como lócus de troca de mercadorias e, ao mesmo tempo, adensam-se também com a intensificação das dinâmicas mercantis, mas, principalmente, com a migração de ex-servos, trabalhadores da terra expulsos do campo na medida em que se consolida o estatuto da propriedade privada da terra (HOBSBAWM, 2011).

Essa racionalidade se mantém, mediada pelas particularidades territoriais e históricas, e nos informa que os problemas urbanos não devem ser lidos como problemas de planejamento ou de sua ausência, mas sim percebidos como expressão do sentido original de constituição das cidades no capitalismo: a garantia das condições de intensificação das relações de produção, fundadas sobre uma desigualdade insolúvel dentro desta ordem - a contradição instituída a partir do estatuto da propriedade privada da terra e dos meios de produção.

Portanto, a noção de desenvolvimento é construída, necessariamente, articulada à Modernidade, isto é, à era inaugurada com a afirmação do modo de produção capitalista e com suas premissas para funcionamento. Refletimos aqui sobre como a ideologia do desenvolvimento vinculado à noção de “progresso” naturaliza uma dinâmica predatória da racionalidade de funcionamento da sociedade burguesa – e ressaltamos a centralidade do papel do Estado capitalista nessa construção.

Afirmamos como *urbanização* e *industrialização* são não apenas dois fenômenos distintos, como nessa construção histórica o “urbano” subordina-se à “industrialização” dentro da perspectiva de garantia das condições de reprodução dessa sociabilidade, dessa racionalidade. É nesse desenrolar que afloram, a partir das tensões entre as classes sociais, o necessário (mas limitado) reconhecimento dos direitos sociais e a ampliação parcial e liberal da concepção de cidadania.

Esse reconhecimento materializa-se em parte através de políticas públicas, as quais tanto contribuem para reproduzir as relações sociais, como expressam algumas conquistas pontuais dos trabalhadores relação ao acesso à riqueza socialmente produzida. Porém, a forma como o Estado – e, leia-se, a direção hegemônica dos que integram a classe que detém os meios de produção – constitui essas respostas, em geral é de forma setorializada e necessariamente fragmentada e sem interlocução entre si. Daí a cisão de algo que na realidade não se deve separar: a distinção entre as políticas “econômicas” e “sociais”; o enfrentamento dos componentes que integram o saneamento (água, esgoto, controle de vetores, drenagem e resíduos sólidos) de forma apartada das políticas de regularização fundiária e de habitação.

Cabe por fim a breve problematização em torno dessa forma de resposta do Estado às contradições emanadas da dinâmica histórica. É a tentativa de mediação entre as contradições e a efetivação da centralidade do Estado como expressão máxima e, ao mesmo tempo, condensador dos conflitos entre as classes sociais, que se materializa, entre outras formas, em políticas públicas.

A política pública é uma das formas normativas como o Estado enfrenta as contradições nessa sociedade. Há vasto campo de estudos sobre o tema (SOUZA, 2007), porém partilhamos da leitura que as políticas públicas são constituídas como *respostas parciais, institucionais, com condicionalidades e setorialmente fragmentadas* à agudização das contradições entre as classes sociais. Possuem caráter intrinsecamente contraditório, na medida em que garantem as condições para que se naturalizem relações e exploração, assegurando a continuidade das relações sociais na institucionalidade burguesa e consistem em respostas, ainda que pontuais, às pressões e demandas de trabalhadores, mas, ao fazê-lo, também garantem as condições para a reprodução das relações sociais.

Dessa forma, não são as políticas públicas, nem a sua expressão normativa, o que assegura direitos - mas sim o permanente embate dos sujeitos sociais e históricos. Como marcos normativos, as políticas públicas limitam-se a expressar o estágio institucional de reconhecimento das contradições, certamente muito aquém do que gostaríamos e, sempre, de forma a não colocar em xeque o que é fundamental à reprodução das relações sociais.

As/os Assistentes Sociais têm sido crescentemente requisitadas a trabalhar, muitas vezes por contrato e com vinculação precária e condições políticas adversas, no rol do que se intitula por políticas urbanas. No entanto, muitas vezes acabam por orientar seu exercício para uma perspectiva assistencial, sem o domínio do debate sobre o que compreende o direito parcialmente refletido no atendimento das demandas para as quais se constitui aquela política pública. Ou seja, ao limitar-se de forma precária a desenvolver o que lhe é requisitado, a profissional parte já com o limite do que propõe a política pública: não a percebe apenas como um instrumento que deve ser transcendido, pois não é a política pública que assegura direitos, tampouco estes devem ser aceitos na sua dimensão abstrata, formal. Muitas vezes as/os Assistentes Sociais sequer reconhecem o “usuário” como “sujeito político”, possuindo dificuldade de identificar suas formas organizativas, para não se limitar ao trato individual das requisições postas.

A possibilidade concreta de construção de uma ideia de liberdade do ser humano não encontra possibilidades nessa ordem, porém é a partir do trabalho crítico cotidiano, que podemos contribuir para uma dimensão formativa dos sujeitos sociais com os quais nos relacionamos, transformando também nossa concepção de mundo. Ainda que essa noção de liberdade aparente ser utopia, contribuir para ampliar direitos e fortalecer a percepção que a cidade não pertence somente àqueles que detêm bens e poder econômico deve ser o norte de nossa ação.

Referencia bibliográfica:
HOBSBAWM, Eric J. A era das revoluções. 1789-1848. São Paulo:Paz e Terra, 2011.
HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
LEFÈBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: editora UFMG, 2008.
MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Livro I. 15ª edição, 1996.
SOUZA, Celina. “Estado da arte da pesquisa em políticas públicas”, in G. Hochman, M. Arretche e E. Marques (orgs.), Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2007

BALANÇO DA GESTÃO 2011-2014

Chegamos ao final da Gestão "Ética e Autonomia para Avançar na Luta" (2011-2014). Nesses três anos muitos foram os avanços e os desafios para o fortalecimento do exercício profissional no estado de Santa Catarina.

Nossas ações foram pautadas nas seguintes diretrizes: Fortalecimento e ampliação de espaços democráticos de organização, participação e capacitação; Fortalecimento do exercício profissional, a luta contra a precarização do processo de formação, a relação com a categoria e a visibilidade do CRESS junto à sociedade; Aprimoramento da organização administrativa e das condições de trabalho junto ao CRESS.

Diante das diretrizes elencadas acima, destacamos as seguintes ações:

• Realização de Eventos com a participação do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO e de Unidades de Formação Acadêmica – UFAs;

• Articulação política para a criação do curso de Serviço Social na Universidade Federal da Fronteira Sul, com o intuito de ampliar as vagas públicas no estado de Santa Catarina;

• Fortalecer a compreensão da categoria sobre a Autonomia Profissional, Campanha lançada em agosto de 2012;

• Realização do I Congresso Catarinense de Assistentes Sociais;

• Criação da nova logomarca do CRESS 12ª Região;

• Criação do Selo comemorativo dos 30 anos do CRESS em Santa Catarina;

• Apoio técnico e financeiro para a comemoração do dia 15 de Maio;

• Realização do Curso Ética em Movimento em diferentes regiões do estado;

• Realização do "CRESS na Academia", cujo objetivo é aproximar e evidenciar o papel da instituição aos alunos que encontram-se nas últimas fases do curso de Serviço Social;

• Realização de reuniões com profissionais em diversas regiões do estado;

• Discussão em todo o estado sobre a formação dos NUCRESS (descentralização política do CRESS);

• Reuniões com profissionais dos seguintes campos de atuação: Saúde, Assistência Social, Ministério Público, Tribunal de Justiça, SESC, CORREIOS, Educação e Habitação.

• Audiências com Gestores Federais, Estaduais e Municipais acerca das demandas de condições éticas e técnicas de trabalho, Lei 12.317 e Concurso Público;

• Audiência com Deputados Estaduais para elucidar e solicitar apoio junto as demandas da categoria e da sociedade que são evidenciadas no CRESS;

• Participação nos Eventos organizados pelo Conjunto CFESS/CRESS, com a presença de Conselheiros, Funcionários e Profissionais de Base.

• Participação nos Grupos de Trabalho deliberados nos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS;

• Apoio técnico e financeiro para as ações do Fórum Nacional e Estadual dos Trabalhadores do SUAS;

• Participação nas Conferências Estaduais de Políticas Sociais vinculadas a garantia dos direitos sociais coletivos;

• Participação nas Plenárias da Associação dos Conselhos Profissionais – ASCOP;

• Criação e implementação do Plano de Cargos e Salários dos funcionários do CRESS;

• Realização de Concurso Público, pelo CRESS 12ª Região, para os cargos de Assistente Administrativo e Assistente Administrativo de Informática;

• Aquisição de equipamentos e remodelação do espaço físico de trabalho dos funcionários do CRESS;

• Contratação do Assessor de Comunicação do CRESS;

• Realização de processo licitatório para a manutenção das Assessorias: Jurídica e Contábil;

• Realização de processo licitatório para aquisição de bens e serviços;

• Participação de funcionários em espaços de aprimoramento e capacitação profissional;

• Realização de ações de Fiscalização em todas as regiões do estado (denúncias e de rotinas);

• Acompanhamento do Fórum Permanente de Supervisores de Estágios;

• Recebimento, instauração de processos e realização de Julgamentos Éticos;

• Alteração e modernização do site;

• Ampliação da comunicação com a sociedade e a categoria através de Boletins Eletrônicos, CRESS em Debate, Jornal Via Social, Site e Facebook.

Em defesa intransigente dos Direitos Humanos, contra a precarização da formação e do exercício profissional é que continuamos na luta por uma sociedade justa e igualitária.

Como nos diz Carlos Drummond de Andrade: "As leis não bastam. Os lírios não nascem das leis. Meu nome é tumulto, e escreve-se na pedra".

A DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA DO CRESS 12ª REGIÃO: os NUCRESS

A gestão do CRESS 12ª Região 2011/2014 “Ética e Autonomia para Avançar na Luta”, em sua programação de campanha teve como proposta a descentralização política do Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina.

Nessa perspectiva, iniciou uma ampla discussão sobre o processo de descentralização a ser implementado no âmbito deste Regional. Primeiramente foram organizadas discussões internas, na Comissão de Políticas Sociais, em seguida essas discussões se estenderam aos conselheiros, para logo após serem ampliadas aos profissionais de base, para o qual foram realizados dois encontros estaduais com representantes de profissionais de Associações, Grupos e Núcleos existentes no Estado.

Desses encontros surgiram as primeiras propostas de descentralização pautando-se na criação dos NUCRESS. Os NUCRESS tem por finalidade a descentralização das ações políticas do CRESS-SC e o fortalecimento da comunicação do CRESS e a categoria profissional.

Diante das informações coletadas nos encontros e discussões dos conselheiros e dos membros da Comissão de Políticas Sociais, essa comissão elaborou o documento base “Divisão dos NUCRESS no Estado de Santa Catarina: proposta de bases políticas do CRESS-SC”, o qual apresenta a proposta de criar nove NUCRESS a partir dos dados oficiais do IBGE em relação aos municípios catarinenses e a listagem de profissionais do CRESS-SC.

Na proposta apresentada para cada região há um município sede, o qual foi indicado pelo número maior de profissionais que dispõe, sendo eles:

- Base 01 – NUCRESS Grande Florianópolis (Sede: São José);
- Base 02 – NUCRESS Vale do Itajaí (Sede: Itajaí);
- Base 03 – NUCRESS Médio Vale (Sede: Blumenau);
- Base 04 – NUCRESS Norte (Sede: Joinville);
- Base 05 – NUCRESS Sul (Sede: Tubarão ou Criciúma);
- Base 06 – NUCRESS Serrano (Sede: Lages);
- Base 07 – NUCRESS Centro-oeste (Sede: Joaçaba);
- Base 08 – NUCRESS Oeste (Sede: Chapecó) e
- Base 09 – NUCRESS Extremo Oeste (Sede: São Miguel do Oeste).

A partir dessa proposta a Comissão de Políticas buscou elaborar uma Resolução para a regulamentação do funcionamento dos NUCRESS, para isso foram realizados em 2013, seis encontros regionais com os profissionais de base nos municípios de Canoinhas, Xanxerê, Criciúma, São José, Joaçaba e Lages. Todas as regiões sinalizaram pela implementação dos NUCRESS, posto que trata-se de uma proposta que revigora a interlocução do CRESS 12ª Região com os profissionais de base do Estado.

A próxima gestão do CRESS 12 Região 2014/2017 “Coletivizar para seguir na luta”, atenta ao movimento da categoria profissional inseriu em suas propostas a descentralização política do CRESS, mantendo os NUCRESS como a estratégia desse processo.

DIRETORIA

A Diretoria do CRESS 12ª Região organizou e coordenou importantes ações, as quais destacamos a seguir:

1 - Campanha Estadual sobre "Autonomia Profissional", atingindo toda a categoria profissional;

2 - Realização em Agosto de 2013 o I Congresso Catarinense de Assistentes Sociais, com a participação de 292 profissionais;

3 - Criação da nova logo marca do CRESS 12ª Região, propiciando o redesenho da identidade visual do Conselho.

4 - Criação do Selo de 30 Anos do CRESS 12ª Região, marcando essa importante data para a categoria profissional;

5 - Realização do Curso Ética em Movimento (Jaraguá do Sul, Xanxerê, Concórdia, São Miguel do Oeste, Mafra e Araranguá);

6 - Realização de audiências com o Secretário Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação, para regulamentar a chamada dos profissionais aprovados no Concurso Público 001/2009;

7 - Realização de audiências com o Procurador Chefe do Estado de Santa Catarina, para garantir abertura de mais vagas para Assistentes Sociais no MP/SC e revisão do concurso aberto para Rio do Sul e São Miguel do Oeste;

8 - Nota de Repúdio ao baixo salário oferecido pelo município de Camboriú, o que resultou no ajuste e adequação do valor;

9 - Representação do CRESS 12ª Região nos Encontros Descentralizados Região Sul e nos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS, durante o período da gestão.

10 - Representação do CRESS 12ª Região na Conferência Estadual de Assistência Social, no FETSUAS, na ASCOP e na Oficina Nacional da ABEPSS;

11 - A partir de junho de 2013 implementou Plano de Cargos, Carreira e Salários para os trabalhadores do Conselho;

12 - Realizou Concurso Público para trabalhadores Técnicos Administrativos e Assistente de Informática.

COMISSÃO DE INSCRIÇÃO

Esta é uma Comissão precípua do Conselho, tem uma função vital o registro dos profissionais.

Na gestão 2011/2014 destacamos os seguintes dados:

1 - Nº Total de inscritos: 1.123;

2 - Nº Total de Transferidos para o CRESS 12ª Região: 242;

3 - Nº Total de cancelados: 70;

4 - Nº Total de reinscrições: 149.

Uma ação estratégica desenvolvida no âmbito desta Comissão é o Projeto "O CRESS na Academia", que atingiu 100 acadêmicos de Serviço Social.

COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO E FORMAÇÃO

A Comissão de Articulação e Formação tem por princípio a defesa do projeto ético-político profissional e com ele a garantia da direção social do Serviço Social, criando estratégias de qualificação profissional a fim de propiciar a valorização da profissão.

Na gestão 2011/2014 a Comissão de Articulação e Formação desenvolveu as ações abaixo descritas:

1 - Articulação com as UFAs (Unidades de Formação Acadêmicas);

2 - Articulação com a ABEPSS (Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social);

3 - Participou do Fórum Catarinense de Supervisão de Estagio;

4 - Mobilização para abertura de vagas públicas para Curso de Graduação em Serviço Social;

5 - Organizou e realizou o I Congresso Catarinense de Assistentes Sociais;

6 - Organizou Encontros Regionais para discussões com os profissionais acerca das temáticas do conjunto CFESS/CRESS, por ocasião da comemoração do Dia da/do Assistente Social.

7 - Organizou, em parceria com a ABEPSS, o 1º Encontro Regional de Pesquisadores em Serviço Social e o Curso ABEPSS Itinerante.

COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - COFI

Esta Comissão, como uma das ações precípuas do CRESS, tem por finalidade orientar e fiscalizar o exercício profissional, assegurando a defesa do espaço profissional e a qualidade de atendimento aos usuários do Serviço Social. A ação da COFI pauta-se nos princípios: político-pedagógico, normativo e disciplinador.

Principais ações desenvolvidas na gestão 2011/2014:

1 - Visitas de orientações e fiscalização: atendemos 06 regiões de Santa Catarina; sendo: Oeste, Sul, Serrana, Norte, Vale do Itajaí e grande Florianópolis;

2 - Visitas de Orientação e fiscalização: 211;

3 - Audiências com Promotores, Juízes, Desembargadores e Procuradores: 131;

4 - Reuniões com Assistentes Sociais: 146;

5 - Atendimentos aos Assistentes Sociais: 141;

6 - Atendimentos via telefone: 2.931;

7 - Orientações via e-mail: 1.325;

8 - Nº de processos em andamento: 155.

Principais demandas que chegam até a COFI:

- Condições de trabalho (espaço/sigilo);

- Implementação da Lei 12.317/2010 “Lei das 30 horas”;

- Supervisão direta de estágio em Serviço Social;

- Competências e atribuições;

- Abertura de concurso público;

- Autonomia profissional;

- Exercício ilegal da profissão;

- Instrumentais técnicos e operativos;

- Abertura e ampliação de mercado de trabalho para Assistentes Sociais;

- Capacitação profissional;

- Exercício irregular profissional.

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Tem por objetivo auxiliar no processo de sustentação, publicização e defesa dos posicionamentos do conjunto CFESS/CRESS na categoria profissional e diante da sociedade em geral. Esta Comissão tem importantes meios de comunicação já consolidados no âmbito do Conselho:

1 - Jornal Via Social – São 03 edições por ano, com temas e ações desenvolvidas pelo CRESS 12ª Região, distribuído de forma impressa garantindo acesso a todos os profissionais democratizando a informação;

2 - CRESS em Debate – São 03 edições por ano, com temas específicos de interesse da categoria, enviado anexo ao Jornal e disponibilizado durante eventos;

3 - Boletins Eletrônicos – São elaborados por assuntos e informações que tenham necessidade de divulgação junto à categoria profissional, enviados por e-mail institucional e publicado no site do CRESS;

4 - Site do CRESS – Manutenção do site, com as notícias, informações sobre registro, as resoluções do conjunto CFESS/CRESS, oportunidades de trabalho e demais informações de interesse da categoria. No ano de 2013 o site do CRESS foi reformulado e passou a ser administrado pelo funcionário, Assistente de Informática, Daniel Colombo.

5 - Facebook – Instrumental utilizado para divulgação rápida de ações e noticias de interesse da categoria profissional.

COMISSÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

A Comissão Administrativo/Financeira é responsável pela gestão dos recursos financeiros e humanos do Conselho. Destacamos aqui suas principais ações:

1 - Efetivando as diretrizes do conjunto CFESS/CRESS realizou a aprovação e homologação junto ao Sindicato do enquadramento dos trabalhadores do CRESS 12ª Região;

2 - Contratação de um Assessor de Comunicação para o Conselho, afim de propiciar a cobertura das ações e eventos do CRESS/SC;

3 - Capacitação dos profissionais colaboradores, trabalhadores e conselheiros;

4 - Efetivou a política de combate a inadimplência;

5 - Propiciou investimentos na aquisição de equipamentos e mobiliários, para adequar às demandas do Conselho.

COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA E AMPLIADA DE ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

Através da Resolução CFESS nº 660/2013 "Código Processual de Ética" esta Comissão recebe e viabiliza os encaminhamentos necessários às denuncias éticas enviadas ao CRESS 12ª Região. Trata-se de uma ação precípua do CRESS, destacamos os principais dados desta Comissão:

1 - Nº de denúncias recebidas na gestão 2011/2014: 30 denúncias;

2 - Nº de processos instaurados na gestão 2011/2014: 10 processos;

3 - Nº de processos julgados na gestão 2011/2014: 09 julgamentos;

4 - Nº de processos arquivados na gestão 2011/2014: 16 arquivamentos;

5 - Nº de desagravos públicos: 01 desagravo.

O Curso Ética em Movimento capacitou 05 profissionais como multiplicadores/as durante a Gestão 2011/2014 e realizou-se multiplicações em 06 regiões do Estado.

A Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos priorizou o debate acerca da população em situação de rua, enfatizando estudos sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto 7.053/2009). Destacamos as seguintes ações:

1 - Seminário Estadual "Atuação profissional do Assistente Social com a população em situação de rua";

2 - Produção de material impresso através do CRESS em Debate "Atuação profissional do Assistente Social com a população em situação de rua";

3 - Programação e organização do Seminário Estadual sobre "A política nacional para a população em situação de rua em interface com as políticas de assistência social e saúde", a ser realizado em Julho de 2014.

COMISSÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

É um espaço de discussão e definição de ações políticas pautadas nas deliberações do conjunto CFESS/CRESS, adensando o posicionamento coletivo das diversas representações do CRESS 12ª Região. Destacamos a seguir as principais ações desenvolvidas:

1 - Representações nos diferentes Conselhos Municipais e Estadual de Políticas Sociais, bem como nos Fóruns;

2 - Discussão e criação dos NUCRESS, foram organizados encontros regionais para construir a Resolução que regulamento o funcionamento dos NUCRESS em Santa Catarina;

3 - Realização em 2011 do Seminário Estadual sobre "Questão Urbana";

4 - Realização de debates regionais sobre a Seguridade Social na perspectiva ampliada;

5 - Discussão sobre a política de saúde e o Serviço Social.

6 - Participação no FETSUAS de Santa Catarina.

Entrevista

Com a Assistente Social:

Jacqueline Benedet Martins

(CRESS nº 1380)

Foto: Cassiano Ferraz

Jacqueline Benedet Martins é Assistente Social formada pela Universidade Federal de Santa Catarina e Mestre em Educação pelo Programa de Mestrado em Educação da UNISUL. Trabalhou na Prefeitura Municipal de Criciúma, atuando nas áreas da criança e adolescência, terceira idade, assistência social e habitação. Participou dos Conselhos Municipais do Idoso, da Assistência Social, da Criança e Adolescente. Foi professora do Curso de Serviço Social na UNISUL, nas disciplinas de planejamento e gestão de projetos sociais, estágio supervisionado e orientação de TCC. Atualmente, trabalha na Caixa Econômica Federal, na área de desenvolvimento urbano e rural, como Assistente de Projetos Sociais.

Via Social - Comente sobre o Direito à Cidade.

Jacqueline B. Martins - O Direito à Cidade é um direito coletivo que envolve as diversas políticas públicas (habitação, saúde, educação, assistência social, saneamento, geração de renda, etc.) e perpassa pela democratização do uso e ocupação do solo, gestão democrática, universalização do acesso aos bens e serviços e apropriação do espaço urbano pela população.

No entanto, temos que lembrar, é nas cidades que se produz e se acumula capital e este capital tem determinado o crescimento e desenvolvimento do espaço urbano, transformando-o em negócios, excluindo parte da população da cidade formal, empurrado-a para as periferias, onde pessoas vivem segregadas e em condições precárias, sem saneamento básico, sem acesso a transporte público, sem espaços de lazer ,etc.

A cidade tem funções sociais a serem cumpridas, conforme estabeleceu a Constituição Federal (1988) e o Estatuto das Cidades (2001). E, portanto, tem que ser transformada em espaço de igualdade e democracia, onde haja equilíbrio dos aspectos sociais, ambientais, econômicos e políticos, visando o desenvolvimento urbano sustentável e a garantia de acesso e uso dos seus recursos a todos os cidadãos.

Esta transformação depende de investimentos em políticas públicas, de reforma urbana, do exercício do poder coletivo pela população e sua participação efetiva na definição e implementação da cidade que desejamos.

Via Social - Quais os desafios do Serviço Social frente à defesa do direito ao acesso à cidade?

Jacqueline B. Martins - São muitos os desafios, porém destaco:

- Articular e integrar as diversas políticas públicas, entre as quais a de desenvolvimento urbano, visando romper com o processo de gestão fragmentada;

- Instigar o trabalho interdisciplinar, articulando o conhecimento das diversas profissões (engenharia, arquitetura, sociologia, direito...) no processo de transformação das cidades;

- Defender a implantação de políticas que visem à melhoria das condições de vida nas cidades e participar ativamente na elaboração, implementação, execução e avaliação destas políticas;

- Despertar na população o desejo e a necessidade de participar ativamente da discussão do rumo e do destino do espaço urbano;

- Integrar os diversos atores sociais (população, sociedade civil organizada, movimentos sociais...) na luta pela reforma urbana, gestão democrática das cidades e por um espaço urbano igualitário, com sustentabilidade ambiental, social e econômica;

- Possibilitar acesso à informação, criando canais de comunicação e espaços de discussão, que permitam a expressão social, cultural e política dos indivíduos e da coletividade.

Via Social - Qual a importância da/do Assistente Social nas políticas que tem por finalidade o direito à cidade?

Jacqueline B. Martins - Entendo que temos muito a contribuir por meio do nosso fazer profissional, desenvolvendo analises críticas e interpretando o processo de produção e reprodução das relações sociais e, consequentemente, das cidades, com toda sua dinâmica, seus conflitos e antagonismos.

Estamos inseridos em diferentes espaços sócio-ocupacionais, o que nos dá oportunidade de elaborar e propor estratégias de intervenção e articulação com diversas instâncias institucionais no enfrentamento das questões sociais, entre as quais a urbana.

Por meio da prática profissional, da articulação das diretrizes teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, podemos contribuir na efetivação da participação popular como elemento fundamental na elaboração e implementação das políticas públicas, buscando consolidar a cidadania, a democracia e a universalidade de acesso aos bens e serviços, contribuindo na construção do novo projeto societário, sem dominação e exploração. E, para tanto, entendo que precisamos nos aproximar mais, discutir e nos apropriar das questões relacionadas às cidades, além de concentrarmos esforços em programas de regularização fundiária plena (legitimação da posse, acesso a infraestrutura, moradia adequada, acessibilidade, ambiente preservado...), para que seja efetivada a segurança na posse, garantia da permanência da população nas áreas regularizadas e sua inclusão na cidade formal.

Enfim, temos um importante papel no processo de transformação do espaço urbano em “cidade para todos”.

COLETIVIZAR PARA SEGUIR NA LUTA - GESTÃO 2014-2017

Os membros da chapa “Coletivizar para seguir na luta”, agora em fase de transição para assumir a gestão 2014-2017, vem cumprimentar à todas/os as/os Assistentes Sociais de Santa Catarina e agradecer pela confiança depositada na última eleição do conjunto CFESS/CRESS.

A partir de 17 de maio de 2014 passaremos a assumir a responsabilidade de atuar à frente do CRESS 12ª região, tendo a certeza de poder trabalhar de forma democrática, em parceria com toda a categoria profissional, com vistas ao cumprimento das diretrizes do conjunto CFESS/CRESS. Nossa preocupação estará centrada na efetivação do projeto ético-político profissional, na direção do fortalecimento da categoria profissional.

Sabemos dos desafios que enfrentaremos, já que estamos inseridos em um contexto sócio político adverso, onde a precarização das condições de trabalho estão postas, onde a conquista pelas 30 horas de jornada de trabalho, sem redução de salário, ainda está para ser consolidada em muitas áreas de atuação. As condições objetivas existentes na sociedade capitalista nos empurram para o movimento dialético de avanços e retrocessos, exigindo que a luta coletiva seja um caminho para almejarmos uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste sentido, temos o dever de sermos críticos, porém, propositivos em nossas ações, atentos às lutas sociais contemporâneas, com vistas ao alargamento dos direitos sociais em uma atuação conjunta com movimentos sociais e entidades que comungam de nosso projeto ético-político.

É com esse propósito que temos a certeza de contarmos com o apoio irrestrito de nossos colegas docentes, supervisores de estágios de campo e acadêmicos, profissionais Assistentes Sociais de base, recém-formados e os mais experientes, para se juntarem a nós na direção do fortalecimento de nossa categoria profissional, de forma a darmos respostas emancipatórias e, portanto, éticas, à população para a qual trabalhamos. Portanto, lutar pelo fortalecimento da categoria é também lutar pela emancipação dos sujeitos. Assim, ousamos em nossas propostas.

> “... lutar pelo fortalecimento da categoria é também lutar pela emancipação dos sujeitos.”

A plataforma que apresentamos para a gestão 2014-2017 foi construída coletivamente, com base nos seguintes eixos:

• Defesa das políticas de proteção social, com vistas à emancipação humana, com ênfase no combate ao assistencialismo e à focalização;

• Defesa dos direitos profissionais das/dos Assistentes Sociais (precarização do trabalho, redução da jornada de trabalho sem redução salarial);

• Defesa da formação e exercício profissional de acordo o projeto ético-político da profissão.

Dentre as principais ações, destacamos a necessidade da implantação dos Núcleos descentralizados do CRESS – NUCRESS, que teve início na gestão 2011-2014, como estratégia de aproximação das demandas profissionais e de seus usuários. Essa é uma conquista de toda a categoria atuando coletivamente.

Agradecemos aos membros da Diretoria atual, gestão 2011 – 2014, e aos funcionários do CRESS que estiveram envolvidos com o processo eleitoral, pelo esforço dispensado para garantir, com lisura, o processo eleitoral.

Os membros da gestão “Coletivizar para seguir na Luta” convidam todas/os as/os profissionais para integrarem nas comissões e GT’s, pois o CRESS, além de sua função precípua de fiscalizar o exercício profissional, contribui para a consolidação do projeto ético-político da profissão no Estado de Santa Catarina! Vamos à luta coletivamente!

CRESS SC 20 ANOS
Construindo a história do Serviço Social em Santa Catarina

PARA USO DO CORREIO

Rua Dos Ilhéus, nº 38.
Sala 1004/1006
Ed. Aplub - Centro
88010-560 - Florianópolis - SC

☐ Mudou-se
☐ Endereço Insuficiente
☐ Não existe nº indentificado
☐ Desconhecido
☐ Inf. escrita pelo porteiro/síndico

☐ Não procurado
☐ Ausente
☐ Falecido
☐ Recusado

DATA ___/___/___

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ___/___/___

ASSINATURA DO ENTREGAODR / Nº